

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	23
Plenário.....	25
Corregedoria Nacional.....	32

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****3ª Sessão Ordinária de 2022**

Dia: 15/03/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

- 1) Aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 2) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Ceará
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

- 4) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58
Requerente: Lília Emilia Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti
Advogado: Alexandre Lunes Machado – OAB/GO n.º 17275
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Goiás
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 5) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37
Requerente: Abel José Rodrigues Neto
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogada: Isabella Boguea de Assis – OAB/MA nº 11.932
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias nº 66572020, nº 66322020, nº 66652020 e nº 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 7) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de

cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00582/2021-57 (Processo Sigiloso)
Requerente: Leonardo Maia Nascimento
Advogados: Guilherme Moacir Favetti – OAB/DF nº 48734; Rafael Thomaz Favetti – OAB/DF nº 15435
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Pará
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa
- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00768/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogados: Alberto Zacharias Toron – OAB/SP nº 65371; Fernando da Nobrega Cunha – OAB/SP nº 183378
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Pará
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa
- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00160/2021-09
Requerente: Daniel Luis Dalberto
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. PGEA nº 1.00.000.008957/2009-95. 24º Concurso de Procurador da República. Momento da posse. Pedido de reforma de decisão administrativa, no sentido de se determinar reclassificação na lista de

antiguidade.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

- 14) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos ofiçiantes. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Engels Augusto Muniz
- 15) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
- 16) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 17) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 18) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação

de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

20) Proposição nº 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

21) Proposição nº 1.01141/2018-59

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

22) Proposição nº 1.00461/2019-18

Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Mato Grosso

24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da

Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

25) Reclamação Disciplinar nº 1.00876/2020-43 (Recurso Interno)

Recorrente: Luis Carlos Barreto de Oliveira Alcoforado
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2019 (26/02/2019)

26) Proposição n.º 1.01083/2018-09

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

27) Proposição n.º 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2020 (10/11/2020)

28) Proposição n.º 1.00404/2020-72

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão "Ministério Público" e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

- 31) Proposição nº 1.01226/2021-14
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2022 (27/01/2022)

- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00494/2021-73
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: Adalvo Nunes Dourado Júnior; Leandro Bastos Nunes
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012440/2020-14. Representação contra o Centro Universitário UNIRB por exigir que os professores da Instituição ministrem aulas remotas a partir do laboratório de informática e do estúdio de gravação da faculdade sem fornecer os materiais necessários para proteção e em descumprimento à determinação das autoridades públicas pelo fechamento das instituições de ensino durante o período de combate ao COVID-19.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 33) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 34) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 35) Proposição nº 1.00540/2018-10
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 36) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 37) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00947/2020-07
Requerente: Karlheinz Johannes Krey de Meneses
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Negativa de fornecimento de cópia de processos.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia
- 38) Proposição nº 1.00952/2020-75
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapsos temporais.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 39) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público –CONAMP; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios

- Objeto: Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
- Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 40) Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2021-98 (Recurso Interno)
Recorrente: José Ulisses Montes Gama
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Maranhão
- 41) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 42) Notícia de Fato nº 1.00742/2021-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Julio Cesar Valadares Brahim
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Espírito Santo
- 43) Consulta nº 1.01152/2021-06
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 44) Notícia de Fato nº 1.01155/2021-69 (Recurso Interno)
Recorrente: Daniel Barros Fonseca
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 45) Pedido de Providências nº 1.01349/2021-00 (Recurso Interno)
Recorrente: José Edmar Arantes Ribeiro

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato n.º 0596.21.000044-1. Apuração de supostas irregularidades cometidas no Presídio de Santa Rita do Sapucaí. Arquivamento. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP n.º 174/2017.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Minas Gerais

46) Conflito de Atribuições n.º 1.01468/2021-80

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.28.000.001537/2021-93. Inquérito Civil n.º 04.23.2243.0000182/2018-37. Efetividade ao Ponto Resolutivo n.º 151 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília, da qual o Estado brasileiro foi notificado em 15 de maio de 2017.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

47) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00997/2020-21 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Pedido de Providências n.º 1.00230/2019-50. Reclamação Disciplinar n.º 1.00579/2019-37.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

48) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00518/2021-67

Requerente: Antonio Forte de Souza Junior
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Sergipe

49) Proposição n.º 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuam em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

50) Conflito de Atribuições n.º 1.01296/2021-36

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de

São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000236/2021-49. Apuração de eventual irregularidade na celebração do Contrato de Gestão nº 020/2017 e aditamentos, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Osasco/SP e a Organização Social Instituto Social Saúde e Resgate a Vida.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo

51) Conflito de Atribuições nº 1.01376/2021-82

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito de atribuição. Inquérito Civil n.º MPPR-0068.17.000313-8. Apuração de possíveis irregularidades no assentamento Jorge Amado, no Município de Iretama/PR, após compromisso firmado com o Banco da Terra.

Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná

52) Conflito de Atribuições nº 1.00066/2022-95

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 18/21. SIMP n.º 016038-001-2021. Apuração de crime de estelionato, referente à venda de motocicleta através do site OLX, com vítima residente em Salvador/BA realizando transferência bancária para conta localizada em Cuiabá/MT.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Mato Grosso

53) Conflito de Atribuições nº 1.00078/2022-47

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.007.000032/2022-62. Apuração de suposta construção irregular em área de preservação permanente e área de marinha, situada no Balneário Arroio Corrente, Município de Jaguaruna.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (15/03/2022)

54) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00211/2018-24 (Recurso Interno)

Recorrente: Corregedor Nacional do Ministério Público
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Wesley Ricardo Bento – OAB/DF nº 18.566; Rebecca Suzanne Robertson Paranagua Fraga – OAB/DF nº 41.320

Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida em rede social. Portaria CNMP-CN nº 79/2018. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00659/2017-01.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

55) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00419/2019-24

Requerentes: Francisco Dirceu Barros; Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Apuração. Ato do Colégio de Procuradores de Justiça. Indeferimento de ato de delegação de atribuições do Corregedor Geral à Corregedora Geral Substituta. Desrespeito à Lei Complementar nº 390/2018. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pernambuco

57) Pedido de Providências nº 1.00217/2020-07 (Recurso Interno)

Recorrente: Luigi Santana Bispo
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Promoção de arquivamento. Excesso de prazo no andamento de denúncias. Notícia de Fato nº 003.9.72967/2018. Ação Civil Pública nº 0500982-12.2018.8.05.0001 – 6ª Vara da Fazenda Pública.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Bahia

58) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)

Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

59) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00415/2020-70 (Embargos de Declaração)

Embargante: Leandro Manhães de Lima Barreto
Advogado: João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho – OAB/RJ n.º 131907
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 2018.00431011, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro

60) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

61) Proposição nº 1.00283/2021-02

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do §1º do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

62) Conflito de Atribuições nº 1.00384/2021-93

Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessadas: Auristela Oliveira Reis; Márcia Câncio Santos Villasboas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.008144/2020-19. Apuração de Curso Internacional Avançado de Ozonioterapia, organizado e executado por médico estrangeiro detentor de visto temporário.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia

63) Conflito de Atribuições nº 1.00398/2021-52

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Interessadas: Camila Ghantous; Luciana Ross Gobbi Beneti
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR 1.00.000.012047/2019-89. Possibilidade de redução do tempo de consumo médio diário de iluminação pública estimado nos municípios da região de Piracicaba. 2ª Promotoria de Justiça de Americana. 3ª Promotoria de Justiça de Americana. Procuradoria da República no Município de Piracicaba/Americana-SP.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo

64) Pedido de Providências nº 1.00414/2021-07 (Recurso Interno)

Recorrente: Alessandro Batista Ranieri
Recorrido: Procuradoria da República – Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Atuação deficiente. Promoção de arquivamento da Notícia de Fato 1.23.000.001375/2020-99. Suposto ato de improbidade administrativa praticado por membro do Ministério Público Federal no Estado do Pará.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará

65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF n.º 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF n.º 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF n.º 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF n.º 64376
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.

Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal

66) Conflito de Atribuições nº 1.00591/2021-48

Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.016407/2020-

55. Apuração de notícia de suposto emprego irregular de verbas ou rendas públicas em face de aplicação indevida de recursos oriundos de contribuições sociais por parte do SENAC. Município de Salvador/BA.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia

67) Conflito de Atribuições nº 1.00625/2021-86

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.017771/2020-32. Apurar suposta "entrega de material genético", dentre os quais o híbrido QM1010, pelo Presidente do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) para organismos da iniciativa privada, por meio de convênio do Fundo Latino-americano para Arroz de Riego (FLAR).

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul

68) Conflito de Atribuições nº 1.00662/2021-01

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.016277/2020-51. Apuração de notícia de irregularidades relacionadas a imóveis adquiridos pelo SFH no Conjunto Residencial Guararapes e que se encontram com alto risco de desabamento, conforme laudo emitido pelo ITEP, devido a vícios de construção. Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Relator(a): Cons. Antônio Edíllo Magalhães Teixeira
Origem: Pernambuco

69) Conflito de Atribuições nº 1.00663/2021-57

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.017100/2020-71. Apurar possível ocorrência de vazamento de derivado de petróleo na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) da Petrobrás. Município de Caraguatatuba/SP.

Relator(a): Cons. Antônio Edíllo Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo

70) Reclamação Disciplinar nº 1.00673/2021-00 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso
Advogado: Andre de Almeida – OAB/SP nº 164322
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG nº 101473
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Amazonas

71) Sindicância nº 1.00732/2021-03 (Recurso Interno)

Recorrente: Rejane Eire Fernandes Alves
Advogada: Julia Dalge Montalverne Barreto – OAB/CE n.º 33685
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do

Ceará.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Ceará

72) Conflito de Atribuições nº 1.00787/2021-04

Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Procuradoria da República no Município de Picos/PI
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 0069/2015. Autos nº 0001754-10.2017.8.18.0032. Apuração da autoria e da materialidade dos delitos previstos no art. 1º, da Lei nº 9.613/98, e arts. 35 e 36, da Lei nº 11.343/06. Município de Picos/PI.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Piauí

73) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00797/2021-40 (Recurso Interno)

Recorrente: Clemente Sissinio Anezio da Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal. Alegação de inércia e excesso de prazo no andamento do PPIDC 1.34.001.000382/2019-46. Suposta negligência médica em morte de idosas no Hospital Estadual de Vila Alpina e Sapopemba, em São Paulo.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo

74) Conflito de Atribuições nº 1.00854/2021-37

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF/STA/PE-0809277-93.2019.4.05.8300-INQ. Apuração de possível prática do crime de estelionato. Recebimento de valores em face de condenação em ação trabalhista. Possível envolvimento de serventuário da Justiça do Trabalho. Município de Floresta/PE.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pernambuco

75) Reclamação Disciplinar nº 1.00865/2021-35

Requerente: Thais Takahashi
Advogado: Gustavo Tuller Oliveira Freitas – OAB/PR nº 54411
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Paraná

76) Conflito de Atribuições nº 1.00877/2021-97

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012661/2020-84. Apuração de possível ausência de políticas públicas destinadas à população indígena em razão da extrema discricionariedade conferida ao chefe do poder executivo por meio da nova redação conferida ao artigo 249, da Constituição do Estado do Amazonas, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Complementar Federal nº 75/1993.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Amazonas

77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Embargos de Declaração)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/ PA nº 11595
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos, desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.

Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

78) Reclamação Disciplinar nº 1.01119/2021-03 (Recurso Interno)

Recorrente: Alessandro Batista Ranieri
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

79) Notícia de Fato nº 1.01128/2021-96 (Recurso Interno)

Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

80) Conflito de Atribuições nº 1.01199/2021-61

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Procuradoria da República – Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Conflito Negativo de Atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.002933/2019-71. Procedimento MP nº 06.2020.00001674-4. Apuração de irregularidades em construção no Município de Fortaleza/CE.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará

81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01232/2021-44

Requerente: Leonardo Del Puppo Luz
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação. Decisão proferida no procedimento PGEA Nº 1.17.000.000447/2021-69, que julgou improcedente a representação do requerente de assédio moral. Comissão Local de Prevenção ao Assédio Moral da Procuradoria da República/ES.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Espírito Santo

82) Conflito de Atribuições nº 1.01299/2021-05

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF/PPA/MS-5000021-58.2021.4.03.6005-INQ. Apuração de prática de uso de

documento falso. Tentativa de retirada de cédulas de identidade (RG) na Delegacia de Polícia Civil do Município de Antônio João/MS.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Mato Grosso do Sul

83) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01382/2021-02

Requerente: Leonardo Azeredo Bandarra
Advogadas: Gabriela Nehme Bemfica – OAB/DF n.º 32.151; Marina Aparecida Mota Gomes – OAB/DF n.º 56.485

Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00128/2018-19. Alegação de surgimento de fato novo no âmbito da ação penal nº 0005764-79.4.01.0000/DF.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

84) Conflito de Atribuições nº 1.01406/2021-04

Requerente: Ministério Público do Estado de Sergipe

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Ministério Público do Trabalho. Conflito de atribuições. Termo de Ajustamento de Conduta n.º 127/2003, firmado entre o Município de Itabaianinha e o Ministério Público do Trabalho.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Sergipe

85) Conflito de Atribuições nº 1.01419/2021-01

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato n.º 1.19.001.000185/2021-58. Apuração do possível crime previsto no art. 17, da Lei n.º 10.826/2003, decorrente de supostas irregularidades na empresa URUTUM CAÇA E PESCA ERELI, referente a compra de munições e insumos junto à fábrica CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Maranhão

86) Conflito de Atribuições nº 1.01433/2021-79

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato n.º 1.33.012.000152/2021-18. Apuração de suposta coleta indevida de dados sigilosos do banco de dados do INSS, conforme aventado pela parte ré nos autos de n.º 5002142-41.2020.8.24.0067, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, o que configuraria, em tese, o crime previsto no art. 153, § 1º-A, do Código Penal.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Santa Catarina

87) Conflito de Atribuições nº 1.01459/2021-90

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.000.002216/2021-15. Apuração de irregularidades na distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica no Município de Tutóia/MA.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

- 88) Conflito de Atribuições nº 1.01464/2021-66
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. NF n.º 1.29.000.003526/2021-19. Apuração de possível crime de estelionato, decorrente de vantagem indevida obtida mediante reconhecimento de vínculo trabalhista inexistente, através de reclamatória trabalhista supostamente fundada em informação falsa.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Sul
- 89) Notícia de Fato nº 1.01474/2021-00 (Recurso Interno)
Recorrente: Pavel Bezerra Marques
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
- 90) Pedido de Providências nº 1.01476/2021-18 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Ferreira Junior
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Irresignação face ao indeferimento de Notícia de Fato por parte da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio de Janeiro
- 91) Conflito de Atribuições nº 1.00008/2022-25
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.25.003.001064/2021-14. Apuração de possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios lançados pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. Repasses de verbas da União por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00012/2022-48
Requerente: Dax Barreto Bogo
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Apuração de erro material e ilegalidade na atribuição de nota referente à prova discursiva.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amapá
- 93) Pedido de Providências nº 1.00033/2022-90
Requerente: Jonas Rosa
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuação. Inquérito Policial nº 0003325-92.2020.8.07.0007. Suposta irregularidade no deferimento de medidas protetivas de urgência.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00072/2022-15 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº. 0024.21.017605-3 (ref. PIC 1.22.000.001922/2018-59 – MPF). Procedimento Investigatório Criminal, instaurado pelo Ministério Público Federal – PR/MG.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Minas Gerais
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00082/2022-60
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº. 1.11.000.000045/2022-69. Apuração de suposto abandono de ambulâncias do SAMU em depósito localizado em Rio Largo – AL.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Alagoas
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00133/2022-26
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº. 01.2019.00011268-9. Representação Criminal 0006384-16.2021.8.16.0165. Possível prática do crime de fraude à licitação ocorrido no Pregão Presencial nº 68/2019, na cidade de Itaquiraí/MS. 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Telêmaco Borba/PR. Promotoria de Justiça de Itaquiraí/MS.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Mato Grosso do Sul
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00137/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.013.000035/2022-72. Representação do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde informando as baixas taxas de cobertura vacinal contra poliomelite em diversos municípios do Estado da Bahia. Procuradoria da República no Município de Teixeira de Freitas. Promotoria de Justiça de Itamaraju/BA.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Bahia
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00161/2022-52
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº. 0001102-31.2022.8.16.0013. Apuração de possível crime de estelionato, após compra de máquina de lavar no sítio eletrônico “www.distribuidoramega.com.br” e não recebimento do produto.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo
- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00165/2022-77
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo



Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0020661-08.2021.8.16.0013. Apuração de possíveis crimes de falsificação de documento privado e de uso de documento falso. Receitas médicas falsificadas. Comarca de Curitiba/PR. Comarca de Itararé/SP.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

100) Proposição n.º 1.00166/2022-20

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a irregularidades na operacionalização de recursos contemplados na Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc).

Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

101) Proposição n.º 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

102) Conflito de Atribuições n.º 1.00178/2022-82

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 02.23.2098.0000039/2021-83. Apuração de suposto crime do artigo 20, da Lei n.º 7.716/89. Postagem de cunho homofóbico em sítio eletrônico do provedor UNIVERSO ONLINE S.A.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio Grande do Norte

103) Conflito de Atribuições n.º 1.00187/2022-73

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.33.006.000008/2022-33. Inquérito Civil n.º 06.2021.00004560-0. Apuração de suposta inexecução do Contrato n.º 112/2019, por parte da CONSTRUTORA BRANGER LTDA (obras na Rua Marcílio Dias), que venceu a Concorrência Pública n.º 04/2019, realizada pelo Município de Lages.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Santa Catarina

104) Conflito de Atribuições n.º 1.00190/2022-32

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.33.006.000010/2022-11. Inquérito Civil n.º 06.2021.00004030-4. Apuração de suposta inexecução do Contrato n.º 300/2020, por parte da AS CONSTRUTORA LTDA (obras na Rua João Dimas Ribeiro), que venceu



a Concorrência Pública nº 10/2020, realizada pelo Município de Lages.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Santa Catarina

105) Conflito de Atribuições nº 1.00193/2022-01

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito de Atribuições. Processo n.º JFRJ/SJM-5000349-81.2021.4.02.5110-INQ. Apuração de suposta atuação de milicianos e/ou traficantes na Reserva da Rebio Tinguá. Transformação de madeira em carvão vegetal. Município de Belford Roxo/RJ.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público